RESISTÊNCIA E NEOLIBERALISMO: POLÍTICA CULTURAL DO CARNAVAL CARIOCA

Bruno Duarte[1]
Bruno Borja[2]
Luise Villares[3]

RESUMO

O artigo analisa a política cultural do carnaval na cidade do Rio de Janeiro, traçando um histórico do século XX e abordando a conjuntura atual de crise neoliberal. A política cultural do carnaval passa pelas seguintes fases: repressão por parte do Estado; símbolo da identidade nacional; incorporação pela indústria cultural; mercantilização da festa; revés com a crise econômica e política cultural antidemocrática do prefeito Crivella.

*

A fusão entre samba e carnaval é uma particularidade da cultura brasileira. O samba é uma das muitas expressões culturais formadas a partir da tradição cultural africana, amalgamada às matrizes ameríndia e europeia. Para que continuasse sendo disseminado, o samba carioca resistiu entre apropriações e negociações. Apropriado, coube ao Estado e ao capital massificar seu produto de maior valor: os desfiles de carnaval das escolas de samba.

Descendente dos batuques africanos, o samba urbano carioca se consolida juntamente com a transição ao capitalismo no Brasil, especialmente ao longo da Primeira República. Foi neste período, como aponta Moura (1983), que se formou uma cultura negra urbana livre na cidade, predominantemente na região conhecida como "Pequena África": uma triangulação entre a zona portuária, a estação ferroviária Central do Brasil e a Praça Onze.

1 Pesquisador do Coletivo Marxista da Rural (MAR/UFRRJ) e do Observatório de Carnaval (OBCAR/UFRJ). E-mail: lima.bsd@gmail.com
2 Professor da UFRRJ e Pesquisador do Coletivo MAR/UFRRJ. E-mail: borja.bruno@gmail.com
3 Professora, Historiadora e Museóloga. Pesquisadora do Coletivo MAR/UFRRJ. E-mail: villares.luise@gmail.com

Cultura negra urbana livre, mas nem tanto. Num contexto social de grande racismo e preconceito, a população negra e suas práticas culturais foram objeto de incansável repressão no imediato pós-abolição e proclamação da República. Com isso, os cordões, capoeiras, danças, religiões e outras formas da presença cultural da comunidade negra foram duramente perseguidas – num ataque antidemocrático à diversidade cultural da cidade. Em suas práticas de resistência, e sendo parte ativa da cultura afro-brasileira, o samba vai se transformando no moderno samba urbano carioca, um gênero musical específico que começou a se relacionar com o carnaval no início do século XX, com a fusão entre samba e carnaval nos anos de 1920.

Neste período, a busca por uma cultura brasileira e uma identidade nacional começa a influir na percepção do samba e do carnaval pela elite dominante. Nessa perspectiva, a emergência de uma cultura popular urbana precisava abolir determinadas práticas, contrárias aos anseios da elite. Assim, a festa popular do carnaval foi repensada para justificar a permanência de algumas tradições.

Na busca por tradições capazes de enraizar o carnaval na história, recorrendo às origens para torná-lo legítimo, conferindo-lhe um potencial regenerador, temos as tentativas de disciplinar os costumes da comunidade negra às restrições sociais impostas pelo Estado. Cunha (2001) aponta que, apesar da aparente síntese entre samba e carnaval, a postura das elites não incluía nenhum tipo de democracia cultural. As brincadeiras da folia foram controladas e, por vezes, combatidas.

Trazida para dentro dos salões, essa cultura carnavalesca adquiriu um sentido diferente, com alusões exteriores às práticas populares ou mera incorporação de seus significados. A disputa girava em torno da questão racial, com mudanças no carnaval de rua, imprimindo-lhe um novo traço: uma festa de todos, mas sem ser acessível a todos. Como afirma Cunha (2001), essa prática criava uma ilusão de igualdade pouco assentada na tradição dos festejos de rua, pois pretendiam atribuir a cada qual um lugar e um papel, perpetuando a hierarquia social na folia, expressando o caráter autoritário e antidemocrático da sociedade brasileira.

Em meio ao processo de popularização do samba e do carnaval, surgem associações nos bairros populares e subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, onde se formaram as primeiras escolas de samba entre 1926

e 1928. Com isso, o carnaval ganha uma forma de organização capaz de expressar suas múltiplas identidades pelos mecanismos da troca, do embate, da tradição e da invenção. No entanto, essa nova forma de festejar o carnaval torna-se, na década seguinte, parte de um conjunto apropriado pelo capital e pelo Estado.

A oficialização dos desfiles das escolas ocorreu entre 1932 e 1935. O primeiro concurso foi organizado e patrocinado pelo jornal *Mundo Sportivo* em 1932, então sob comando do jornalista Mário Filho. No ano seguinte o jornal *O Globo* assume a organização do concurso, sendo responsável por elaborar o regulamento, fazer o julgamento e decretar a escola campeã. A partir de 1935, a prefeitura do Rio de Janeiro, sob a gestão do prefeito-interventor Pedro Ernesto, oficializa o desfile, promovendo a primeira política cultural do Estado voltada para o carnaval das escolas de samba (CABRAL, 1996).

Na década de 1930 a busca de uma cultura nacional e de símbolos da nação se tornou tema central na construção da ditadura do Estado Novo. O samba e o carnaval colocavam o problema das tradições e da sua legitimidade, e foram incorporados pelos intelectuais na criação de um projeto de carnaval cívico. A necessidade de forjar uma cultura brasileira, com a busca da originalidade nacional nas matrizes indígena e africana, porém sob comando da elite branca europeizada, levou à valorização do carnaval na política cultural. A legitimidade das práticas culturais que se encontravam nas ruas nos dias de folia se apoiava na disciplina do trabalho contra a "malandragem" popular e na criação de uma unidade nacional por meio de símbolos comuns. Assim, o carnaval foi transformado em uma festa socialmente generalizada, capaz de exprimir a identidade nacional. Os fundamentos da identidade carnavalesca puderam ser construídos com base na ideia de uma festa potencialmente democrática, difundida, contraditoriamente, nos anos da ditadura de Vargas. Ao analisar esse período da história, podemos perceber o que Hobsbawm e Ranger (2008) chamam de invenção das tradições, corroborando a construção do carnaval como símbolo nacional.

A pujança da festa popular do carnaval teve repercussão também no campo da economia, especialmente a partir dos anos 1950 com o rápido desenvolvimento capitalista da industrialização brasileira. Este

período desenvolvimentista, de 1950 até 1980, foi marcado pela política de incorporação do carnaval à indústria cultural. Isto é, um momento em que a festa popular autoproduzida pela comunidade negra do Rio de Janeiro é objeto de interesse do capital, com crescente mercantilização e desenvolvimento da produção. A junção de interesses do Estado e do capital mudam a escala e a estrutura da festa, comportando agora iluminação, arquibancadas e público pagante. Antes reprimida, a festa vira orgulho nacional e peça de propaganda turística do país no exterior. Além da indústria do turismo, a indústria das comunicações também se interessa pelo desfile enquanto mercadoria.

Nos anos 1960 os desfiles começaram a ser transmitidos na TV, o que levou à profissionalização de alguns setores da produção do carnaval, especialmente carnavalescos e coreógrafos. Com a chegada da TV em cores na década de 1970, a transmissão dos desfiles ganhou outra dimensão, sendo colocada a necessidade de desenvolver alegorias, fantasias e adereços. Em plena ditadura civil-militar ocorre a consolidação do carnaval-espetáculo como produto televisivo. "O maior espetáculo da Terra" foi seu mote comercial, generalizando a venda de fantasias para a classe média e turistas interessados em participar da festa popular. O viés mercadológico da política cultural do carnaval se consolida com a criação, em 1972, da *Riotur – Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A.*, vinculada à Secretaria de Turismo e responsável pela gestão do carnaval carioca.

Este processo de mercantilização e espetacularização do carnaval tem seu ponto alto em 1984, com a inauguração do sambódromo da avenida Marquês de Sapucaí. Mesmo ano em que é fundada a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (LIESA), organização que, junto com a Riotur, ficará responsável pela gestão dos contratos de patrocínio, venda de ingressos, distribuição da subvenção financeira da prefeitura para as escolas de samba e venda dos direitos de transmissão do desfile na TV. O carnaval, enquanto cultura popular, é então incorporado à indústria cultural.

Nos anos 1990, a disputa pelo controle da festa entre o poder público e as grandes escolas de samba se aprofunda. O ponto final desse impasse foi a privatização dos desfiles, em 1995, que transferiu a

gestão do espetáculo para a LIESA. Assim, enquanto a representante das escolas assumiu a maior parte dos lucros, os gastos mais pesados foram repassados para o poder público. Houve aumento das receitas geradas pela festa, em decorrência da maior liberdade para explorar comercialmente o Sambódromo mediante a venda de produtos e serviços, como os camarotes das empresas patrocinadoras. Todavia, os custos de manutenção ficaram a cargo do Estado. Outra forma de gerar receitas eram os direitos autorais dos discos de samba enredo. Mas, de fato, a principal fonte de financiamento das escolas de samba era a venda dos direitos de transmissão televisiva (ARAÚJO, 2002).

Com as grandes escolas gerindo a festa, como uma empresa capitalista, a profissionalização do carnaval se acentuou. Os barracões das escolas se tornaram verdadeiras fábricas, gerando empregos precários e com baixos salários. Trabalhadores informais, moradores da comunidade, são empregados anualmente nos diversos elos que compõem a cadeia produtiva do carnaval durante os dez meses que antecedem os desfiles. Ou seja, as escolas promovem uma divisão social do trabalho na busca do aumento de produtividade e de maiores lucros.

Na virada do milênio, com os gastos de produção se elevando devido ao aumento da competitividade entre as escolas, os dirigentes voltaram a pedir verba pública, negociada para o carnaval do ano 2000 em diante (BEZERRA, 2018). Ao mesmo tempo, a Rede Globo passou a ter o monopólio da transmissão dos desfiles das escolas de samba, construindo um estúdio exclusivo na Passarela do Samba em 2001 e elevando continuamente seus investimentos.

Em 2006, a produção do desfile das escolas de samba ganhou um novo impulso com a inauguração da Cidade do Samba. O espaço construído pela prefeitura abriga os barracões das escolas do Grupo Especial, servindo também como atração turística. Com os barracões destinados às escolas do Grupo Especial, reforçou-se a tendência à concentração de capital, aumentando a disparidade em relação às escolas do Grupo de Acesso.

Nesta década, ampliaram-se as formas de financiar a festa através do produto desfile, indo além da venda de fantasias. Com a entrada de empresas de grande porte, de governos e até de países interessados em investir na festa, a prática de enredo patrocinado apresenta um *boom* no século XXI. Além disso, com a espetacularização dos desfiles gerando altos lucros, há

um avanço da iniciativa privada, em parceria com o poder público, para a exploração comercial da avenida. Por exemplo, a ampliação do Sambódromo em 2010 foi resultado de uma parceria entre a prefeitura e a Ambev, custeada pela empresa em troca da ocupação do espaço atrás das novas arquibancadas para a construção de um prédio comercial.

Na década de 2010, dois problemas colocaram as escolas numa encruzilhada. O primeiro foi a crise econômica, fazendo minguar os investimentos privados. O segundo foi a eleição do bispo Crivella para a prefeitura em 2016, que, em sua gestão, diminuiu fortemente o valor das subvenções. O descaso da prefeitura é tamanho que, em 2017, foi criada pela oposição uma Comissão Especial do Carnaval na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, com o intuito de propor políticas públicas que visam defender, promover e garantir o direito ao carnaval (COMISSÃO ESPECIAL DO CARNAVAL, 2019). A política cultural antidemocrática de Crivella pode ser vista como "uma afinidade eletiva entre o pentecostalismo e o neoliberalismo. A gestão Crivella vem sendo marcada pela diminuição do papel do Estado e o incentivo à ação da iniciativa privada" (OLIVEIRA JR, 2019, p. 121).

O carnaval carioca tem uma longa trajetória de luta entre resistência popular e apropriação pelo capital. Durante os séculos XX e XXI podemos acompanhar esse movimento, até chegar ao presente momento, quando se amplifica o impacto da crise neoliberal nas escolas de samba. Abandonadas pela política cultural da atual prefeitura do Rio de Janeiro, atiradas nas mãos da iniciativa privada, as escolas enfrentam grandes incertezas para viabilizar o carnaval. Enquanto a LIESA se defende impondo a importância mercadológica do desfile, os membros das escolas de samba partem para uma crítica carnavalizada, resgatando as origens da festa popular enquanto resistência cultural.

Apesar da atuação das escolas de samba como empresas se sobressair nos últimos anos, elas não deixaram de cumprir sua função social, especialmente pela prática democrática da diversidade cultural. Suas quadras, situadas nas comunidades de origem, muitas vezes são o principal equipamento cultural do local. Por isso, é importante lembrar que escolas de samba são, antes de tudo, espaços de sociabilidade, que, apropriados pelo capitalismo, têm também a necessidade de produzir. Nesta luta, entre o mercado e a cultura, resiste o carnaval.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P. Q. Escolas de Samba e Relações de Trabalho: Entre a Passarela e o Barracão. In: SÁ EARP, F. (Org.). **Pão e Circo: Fronteiras e Perspectivas da Economia do Entretenimento**. Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2002.

BEZERRA, L. A. **As transformações nas redes de financiamento das grandes escolas de samba do Rio de Janeiro (1984-2015)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – UFF.

CABRAL, S. **As escolas de samba do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.

COMISSÃO ESPECIAL DO CARNAVAL. **Carnaval é direito.** Rio de Janeiro: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2019

CUNHA, M. C. P. **Ecos da folia**: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MOURA, R. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983

OLIVEIRA JR., M. **Carnaval e poderes no Rio de Janeiro:** as escolas de samba entre a LIESA e Crivella. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PUC-RJ.